

TERRORISMO E VIOLÊNCIA NO ÂMBITO PENAL^{*}

Luiz Vicente Cernicchiaro

RESUMO

Discorre acerca dos termos terrorismo e violência, ressaltando a importância e a necessidade de discuti-los nos dias atuais.

Revela sua preocupação quanto ao aludido tema, oportunidade em que cita a catástrofe ocorrida em 11 de setembro de 2001, na cidade de Nova Iorque, com a queda das torres gêmeas, propositadamente provocada pelo choque de dois aviões, cujos reflexos podem ser percebidos nos âmbitos do Direito Penal e do Direito Internacional.

Salienta que, não obstante a prática do crime de terrorismo seja detectada desde os primórdios da civilização mundial, tal instituto encontra-se, até então, sem definição no ordenamento jurídico brasileiro.

Por fim, conclui que o terrorismo gera o pavor e a devastação. Todavia, caso seja a única forma de chamar a atenção com o escopo de se atingir um objetivo lícito, poderá ser enquadrado nos parâmetros da legítima defesa pessoal ou de terceiros, uma vez que é cabível ao Estado o direito de defesa, a fim de preservar sua soberania ou de seu povo.

PALAVRAS-CHAVE

Terrorismo; violência; Direito Penal; Direito Internacional.

* Conferência proferida no Seminário Internacional "Terrorismo e violência: segurança do Estado, direitos e liberdades individuais", realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, nos dias 27 e 28 de maio de 2002, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF.

Todo instituto jurídico reclama, para uma análise perfeita, exauriente, incursão na Teoria Geral do Direito. Creio que não se pode, portanto, tratar de qualquer matéria de Direito Penal sem tal perspectiva.

O terrorismo é modalidade de violência, que, por seu turno, é qualquer conduta agressiva de fato ou em potencial a um bem juridicamente tutelado. Daí decorrem, ainda por força da Teoria Geral do Direito Penal, uma série de consequências, dentre as quais se buscam, explicativamente, as excludentes da criminalidade.

A violência foi a “pedra de toque” para o nascimento do Direito. Segundo Carrara, os romanos foram “gigantes” no Direito Civil e “pigmeus” no Direito Penal. Em outros termos, os romanos desenvolveram a Teoria Geral do Direito Civil, mas não a Teoria Geral do Direito Penal. Há explicação política para isso. O Direito vai sofrendo, constantemente, o impacto político: aquela sociedade distinguia, de forma perceptível, o plebeu do senhorio, do senhor, enfim, das pessoas a quem a legislação conferia a capacidade jurídica. Quando havia conflito entre os súditos, surgia a necessidade de, por meio do Poder Judiciário, digamos assim, resolvê-lo dentro da legislação posta. O mesmo não acontecia com o Direito Penal, dada a ascendência do patricio relativamente ao plebeu, ao escravo. O primeiro impunha, como bem quisesse ou pudesse, a sua vontade; era mais um direito da força do que a força do Direito.

Apesar da afirmação categórica de Carrara, se fizermos análise profunda dos textos, observaremos exagero ou força de expressão para distinguir os dois ramos jurídicos na Roma Antiga.

Certa vez, na Universidade de Brasília, no curso de pós-graduação, estudávamos a história do Direito Penal Romano; fizemos a leitura das instituições de Gaio e de Justiniano e encontramos, se não uma teoria geral, no sentido moderno que hoje falamos, a busca de elementos comuns fundamentais entre os institutos. Debates sobre o tema sobre o qual a jurisprudência de hoje ainda é vacilante, a chamada figura do “tombadinho” que muitas pessoas pensam que nasceu na Praça da Sé, em São Paulo, ou na Praça XV, no Rio de Janeiro. Em Roma já havia essa figura, qual seja, de alguém bater de encontro ao corpo de outrem para que a vítima tenha a sua guarda aberta e,

com isso, enfiar a mão no bolso e retirar-lhe os objetos.

Hoje se olharmos a jurisprudência penal, encontraremos acórdãos dizendo que se trata de roubo, que houve a subtração de coisa móvel alheia mediante violência. Justiniano e Gaio discutem essa distinção e extraem a conclusão exata entre dominar ou, ao contrário, abrir a guarda pura e simplesmente. A violência, portanto, é algo que existe e, em razão dela, surgiu o Direito Penal.

Há alguns anos, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reuniu, no Rio de Janeiro, um número grande de pensadores para discutir a violência – exatamente o tema trazido a lume –, não com a especificação “terrorismo”, porque esse fato não preocupava, como hoje, a nossa sociedade. Tratava-se daquilo que, por meio da imprensa, ficou chamado como “os presuntos da Baixada Fluminense”. Lá estiveram pessoas, muitas de saudosa memória como Manoel Pedro Pimentel, Roberto Lyra Filho e tantas outras. A presidência era do nosso prezado amigo e jurista por todos respeitado Evandro Lins e Silva, secretariado pelo hoje Ministro Sepúlveda Pertence. Participei do seminário, cuja exposição foi feita pelo ex-Ministro da Justiça Miguel Reale Júnior. Houve sugestões, e foram apresentadas algumas idéias para que tal fato desaparecesse. É necessário, entretanto, termos em mente que a violência não desapareceu de lá para cá e não desaparecerá tão cedo. Em consequência, o Direito Penal continuará presente para receber sugestões e apresentar, por meio do crivo democrático do *nullum crimen nulla poena sine lege*, a solução ideal.

O terrorismo ganhou expressão moderna de grande comentário – embora o fato seja antigo – com a queda das torres gêmeas, em setembro do ano passado, em Nova Iorque, propositadamente provocada pelo choque de dois aviões, renovando, com isso, a preocupação com o tema. O instituto repercute de modo particular no Direito Penal e no Direito Internacional.

A nossa legislação traz no seu bojo o crime de terrorismo sem, entretanto, defini-lo. A proposta de reforma da Lei de Segurança Nacional, ao que nos parece, feliz denominação moderna de proteção do Estado democrático de Direito, recentemente encaminhada pelo Ministro da Justiça ao Congresso Nacional, sugere, no art. 370, a definição desse instituto

jurídico: (...) *praticar, por motivo de facciosismo político ou com o objetivo de coagir a autoridade, o ato de: I – devastar, saquear, explodir bombas, seqüestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal ou sabotagem, causando perigo efetivo ou dano a pessoas ou bens; II – apoderar-se ou exercer o controle, total ou parcialmente, definitivo ou temporariamente, de meios de comunicação ao público ou de transporte, portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, instalações públicas ou estabelecimentos destinados ao abastecimento de água, luz, combustíveis ou alimentos, ou à satisfação de necessidades gerais e impreteríveis da população.*

O instituto é antigo. Todos os países sofreram, de uma forma ou de outra, o fenômeno, tantas vezes com repercussão em outros Estados, e não poucas vezes em todo o mundo. O Direito encerra categorias. Do ponto de vista penal, antes de mais nada, ganha expressão a tipicidade da conduta. Aqui, portanto, cumpre defini-lo, em particular, para não confundi-lo com o crime político, conhecidas que são suas características e tratamento específico.

Kalu¹, em seu *Derecho Penal*, entendeu que (...) *não é um tipo uniforme de atividade criminosa, sendo constituído por uma série de diversos delitos, de distinta gravidade, castigadas em todas as legislações.* A dificuldade, entretanto, em face do princípio da reserva legal, pressuposto do Estado democrático de Direito, precisa ser enfrentada. Ademais, o tipo penal jamais poderá ser indeterminado.

O tema está intimamente relacionado com o anarquismo. Cumpre, então, realçar a conduta, geralmente comissiva, sem desprezo, entretanto, da omissão. Metodologicamente, pois, examine-se a conduta. Heleno Fragoso² acentua: *O fim político-social apresenta elemento estrutural na definição legal de crime político.*

O terror, no sentido de causar pavor permanente ou ocasional em grupos de pessoas, como os tumultos em campos de futebol ou em razão deles, de que os *hooligans* são exemplo, apavora pessoas, provocando até a morte daquelas que não conseguem se afastar da área de risco. Dissolver, mediante violência ou grave ameaça, por exemplo, comício político, gerando medo aos presentes, é outra ilustração. Tais ações, no entanto, não configuram o terrorismo tecnicamente examinado. Para os

efeitos penais e, em consequência, a fim de configurar o tipo penal de crime, é necessário considerar o elemento subjetivo do tipo. Com isso, será enunciado também o resultado.

Como o anarquista de ontem, o terrorista de hoje está politicamente insatisfeito. Procura mudar o *status* político do Estado. A delegação de juristas da Comissão Jurídica Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, em 1970, buscou conceituar o instituto. Com certeza, politicamente, equivocou-se de defini-lo.

O art. 4º dispunha: *para os efeitos desta Convenção, consideram-se atos de terrorismo os que estiverem qualificados como tais ou tipificados expressamente como delitos de terrorismo pelas leis do Estado, em cujo território se encontrar*

A recomendação, dada a extensão quase limitada, peca pela ampla generalidade. É, pois, necessário distinguir terror de terrorismo, institutos intercalados, todavia cada qual guardando a sua individualidade. Todo crime ofende o bem juridicamente tutelado. A conduta, materialmente, pode ser a mesma, entretanto, a ideologia do agente, a ação teleologicamente analisada, distingue comportamento físico igual. A agressão generalizada, por exemplo, no Maracanã, provoca em princípio hostilidade de uma torcida contra outra, podendo favorecer a morte de algum torcedor e dano nas instalações do estádio, mas não vai além disso; apesar da gravidade, não é terrorismo. O terrorismo traz imamente alcançar fim político, pressionar a modificação da

ter uma finalidade política, visa a conservar ou modificar a estrutura de um Estado. Como os institutos jurídicos entrelaçam-se, o que é comum a toda área do Direito e não só à do Direito Penal, é evidente que, quando se fala em violência – não apenas a do ataque de uma pessoa a outra – ou mesmo em terrorismo visando à modificação de uma estrutura do Estado, e também em quadrilha ou bando, que não se confunde com as organizações criminosas, não incluiria, também, no rol do terrorismo, as condutas que visam, embora não seja a finalidade do agente, à lavagem do dinheiro, que afeta diretamente a economia de um país.

Os institutos, portanto, sejam os relativos à ilicitude, à culpabilidade e tantos outros que interessam, no seu conjunto, ao Direito Penal, aqui se fazem presentes. Pergunto se poderemos, sob certo aspecto, encontrar uma excludente de ilicitude, ou seja, conferir legalidade, adesão jurídica, no sentido do permitido, a condutas que só objetivamente configurem o terrorismo.

Todos os institutos se intercalam; há uma unidade jurídica. Da mesma forma que temos a excludente da ilicitude, temos os institutos que a defendem. Poder-se-á alegar – é a interrogação que se faz e que pode provocar alguma inquietude na resposta – estado de necessidade ou legítima defesa por meio do terrorismo? Lembrem-se, o terrorismo gera o pavor ou a inquietação dentro de uma população com uma finalidade política.

Tomemos o exemplo, que é assente, inclusive formalmente, nas Organizações das Nações Unidas, em que todo Estado, todo país, todo povo tem o direito de se estabelecer e fazer a exploração, no sentido nobre da palavra, das suas atividades. O Estado de Israel, que lutou durante tanto tempo e só obteve o seu reconhecimento como tal após a derrota do nazismo, continua lutando diariamente, e a televisão nos mostra a resistência à colocação de um Estado Palestino. E os homens-bomba, que tanto a televisão nos mostra? Para mim, a televisão constitui importante instituto. Sugiro ao prezado ministro que, com tanto denodo e aproveitamento, exerce a direção do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal realizar um estudo aprofundado dos meios de comunicação social, inclusive como causa de criminalidade ou propaganda de crime, mas, também, como defensor

O terrorismo em si, do ponto de vista físico, gera todo este inconveniente: o pavor e a devastação assustadora com os quais não queremos viver. Todavia, se for a única maneira de chamar a atenção para se conseguir um fim lícito, evidentemente, enquadra-se naqueles parâmetros da legítima defesa pessoal ou de terceiros; o Estado também tem o seu direito de defesa.

o processado ou o sentenciado. Quando a legislação de qualquer dos Estados contratantes não contiver a qualificação ou a tipificação a que se refere o parágrafo anterior, para os efeitos desta Convenção e qualquer que seja a terminologia jurídica com que as leis nacionais os designem, consideram-se atos de terrorismo os que na população de um Estado ou em um setor da mesma produzem terror ou intimidação e criem perigo para a vida, a saúde, a integridade corporal ou a liberdade das pessoas pelo emprego de meios ou artifícios que, por sua natureza, possam causar ou causem grandes estragos, graves perturbações à ordem ou calamidades públicas e pelo apoderamento fosse violento o sinistro causado a naves, aeronaves e outros meios de transporte coletivo.

estrutura do Estado ou represália à atividade política ou econômica de um Estado em relação a outro. Heleno Fragoso³, com acerto, escreve: *O fim de agir é elementar. Não existe um terrorismo de Direito comum; trata-se de fato político no sentido de que seus autores o dirigem contra a vigente ordem política e social para destruí-la, para mudá-la ou para mantê-la pela violência. Os atentados e extensões de criminosos, tipo máfia, constituem apenas crimes comuns e só impropriamente poderão ser chamados de terroristas.* Trotski⁴ escreveu: *A revolução exige que a classe revolucionária faça uso de todos os meios possíveis para alcançar os seus fins: a insurreição armada, se for preciso; o terrorismo, se for necessário.*

Com essa introdução, percebe-se que a conduta do terrorista, por

da democracia e do Estado de Direito democrático.

Há uma diferença de força brutal entre a Palestina e Israel; há poucos dias, acompanhamos que Israel não ingressou no escritório de Yasser Arafat, porque não quis; colocou os seus canhões à distância que desejou. Perguntar-se-á: é possível o terrorismo, que provoca um pavor geral e gera a intranquilidade, ser utilizado como meio de realizar-se um direito humanitariamente reconhecido, não só formalmente, de cada povo ter o seu lugar de estar, de permanecer, de autogoverno, de explorar as próprias riquezas, como está na Carta das Organizações das Nações Unidas? Creio que a resposta é positiva.

O terrorismo em si, do ponto de vista físico, gera todo este inconveniente: o pavor e a devastação assustadora com os quais não queremos viver. Todavia, se for a única maneira de chamar a atenção para se conseguir um fim lícito, evidentemente, enquadra-se naqueles parâmetros da legítima defesa pessoal ou de terceiros; o Estado também tem o seu direito de defesa.

A cultura coordena cada uma das nossas conclusões: o meio faz o homem e faz as conclusões deste homem, que pensa diferentemente. Trago a seguinte proposta: o terrorismo é apenas o aspecto fisicamente agressivo para destruir algo ou pode ser interpretado, também, como algo juridicamente admitido, licitamente posto. Não vejo dificuldade em que não se dê a determinadas circunstâncias, pela agressividade da atuação, não obstante a agressividade da conduta, o rótulo do estado de legítima defesa, do estado de necessidade de preservação da soberania de um Estado ou de um povo. Tudo acontecerá dentro dos respectivos parâmetros: a queda das duas torres pode, e parece ter sido, pura e simplesmente, um revide; entretanto, o homem-bomba da Palestina, como o judeu de outrora, está lutando e procurando ultrapassar as reações e os limites injustamente colocados para que não tenham o seu Estado reconhecido e devidamente localizado.

Não nos impressionemos com a violência e com o caminhar lânguido das águas do rio. Há necessidade de se saber para onde vai essa violência e o que ela procura; o que essas águas lânguidas estão procurando e onde desaparecerão. É imprescindível que, em face do Direito, haja o reconhecimento do que todos nós,

por meio da ordem jurídica, temos a obrigação de respeitar. Como brasileiros, não permitiremos isso jamais e, para esse fim, temos a Lei de Defesa do Estado democrático, punindo quem afete a soberania do nosso País. Da mesma forma como reconhecemos o Estado de Israel, é necessário que tenhamos, também, a convicção jurídica de defender a criação do Estado da Palestina. Portanto, terrorismo não é, pura e simplesmente, o terror em um sentido vulgar, mas juridicamente visto ora como ataque ora como defesa.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 KALU. *Derecho Penal*.
- 2 FRAGOSO, Heleno. *Terrorismo e criminalidade política*. Rio de Janeiro: Forense, 1981. Item XIII.
- 3 Idem.
- 4 TROTSKI. *Lev. Moral e revolução à nossa moral e a deles*. Tradução de Otaviano de Fiori. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 79 p.

ABSTRACT

The author discourses about the terms: terrorism and violence, pointing out the importance and the need to discuss them in the current days.

He shows his concern related to the mentioned theme. About this, he recalls the catastrophe which happened on 11 September 2001, in New York city, with the fall of the twin towers, provoked deliberately by the crash of two airplanes, whose reflections can be noticed within the Penal Law's and the International Law's scopes.

He stresses that, nevertheless the practice of the terrorism crime has been disclosed since the beginning of the world civilization, such institute has been found, until then, without definition in the Brazilian legal system.

Finally, he concludes that terrorism generates terror and destruction. However, whether it is the only form of calling the attention for achieving a lawful aim, it can be framed within the parameters of the personal or of the third parties self-defense, for it is admissible to the State the right of defense in order to preserve both its sovereignty and its people's one.

KEYWORDS – Terrorism; violence; Penal Law; International Law.

Luiz Vicente Cernicchiaro é Professor e Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça.